

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL SPE S.A.

celebrado entre

ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL SPE S.A.
como Emissora

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.
como Fiadora

e

ITAÚ UNIBANCO S.A.
como Banco Depositário

Datado de
27 de outubro de 2015

~ ~ ~ ~ ~
~ ~ ~ ~ ~
~ ~ ~ ~ ~

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL SPE S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado,

ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL SPE S.A., sociedade por ações de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 21.180.700/0001-85, com sede no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua José Justino da Silva s/n, Bairro Rocio Grande, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia");

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08, ala B, salas 302, 303 e 304, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos titulares das Debêntures objeto da presente Emissão ("Debenturistas");

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com registro de companhia aberta junto a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") na categoria "B", com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 8º andar, sala 01, Jardim Paulistano, CEP 01451-910, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.827.501/0001-58, neste ato representada por seus representantes legais devidamente autorizados e identificados nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Aegea" ou "Fiadora");

e, ainda, na qualidade de interveniente,

ITAÚ UNIBANCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 1º, 2º e 3º (parte), 4º e 5º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o número 60.701.190/4816-09, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Banco Depositário");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora doravante denominados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

R
X
J

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos de Distribuição, da Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.” (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, **ainda que posteriormente ao seu uso.**

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 16 de outubro de 2015 (“AGE”), nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão e da Oferta Restrita, conforme definido abaixo, bem como de seus termos e condições; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. A Emissão, a Oferta Restrita e a Fiança foram aprovadas com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração da Aegea, realizada em 27 de outubro de 2015 (“RCA da Aegea”).

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 1ª (primeira) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, da Emissora (“Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), para distribuição com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta Restrita” e “Instrução CVM 476”, respectivamente) será realizada com observância aos requisitos abaixo.

2.1. Enquadramento da Emissão para fins de financiamento de ações relacionadas a saneamento ambiental

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos do inciso “xxi” do artigo 2º do Regulamento Anexo à Resolução CMN nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010 (“Resolução CMN 3.932”), para implementação dos Projetos, relacionados a ações de saneamento ambiental, conforme descritas no artigo 9º-B, parágrafo 1º, da Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 2.827, de 30 de março de 2001 e na Cláusula 3.8.1. abaixo.

2.2. Dispensa de Registro na CVM

2.2.1. A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.3. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.3.1. Por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do §1º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários”, de 30 de janeiro de 2014, atualmente em vigor (“Código ANBIMA”). Não obstante, a Oferta Restrita poderá vir a ser registrada na ANBIMA apenas com o intuito de envio de dados para a base de dados da ANBIMA, de acordo com o disposto no artigo 1º, §2º, do Código ANBIMA, desde que a ANBIMA tenha divulgado a forma pela qual esse registro deverá ser feito até a data de envio do comunicado de encerramento da Oferta Restrita à CVM.

2.4. Arquivamento na Junta Comercial e Publicações dos Atos Societários

2.4.1. A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (“JUCESC”) e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (“DOESC”) e no jornal “Notícias do Dia”, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4.2. A ata de RCA da Aegea será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no “Diário Comercial de SP”, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.5. Arquivamento da Escritura na Junta Comercial

2.5.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESC, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, obrigando-se a Emissora a enviar, ao Agente Fiduciário: (i) cópia (em formato PDF), enviada por meio eletrônico desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESC, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo arquivamento; e (ii) uma via original desta Escritura e de seus eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCESC em até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do respectivo arquivamento.

2.6. Registro das Garantias

2.6.1 Em virtude da Fiança prestada pela Fiadora em benefício dos Debenturistas nos termos aqui previstos, a presente Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos do Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, do Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e do Município de São Paulo, Estado de São Paulo (em conjunto "CDTs"), obrigando-se a Emissora a enviar, ao Agente Fiduciário: (i) cópia (em formato PDF), enviada por meio eletrônico desta Escritura e seus eventuais aditamentos devidamente registrados nos CDTs em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data do respectivo arquivamento; e (ii) uma via original desta Escritura e seus eventuais aditamentos devidamente registrados nos CDTs em até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do respectivo arquivamento.

2.7. Registro para Distribuição Primária e Negociação Secundária e Custódia Eletrônica

2.7.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e
- (b) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente na CETIP.

2.7.2. As Debêntures serão custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.7.3. Não obstante o descrito na Cláusula 2.7.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas por Investidores Qualificados nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o Estatuto Social da Emissora, seu objeto social consiste em realizar, em caráter de exclusividade, sob regime de concessão, na qualidade de sociedade de propósito

específico, serviços públicos municipais de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, que compreendem estudos técnicos, projeto, construção, operação e manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção, tratamento, adução, reservação e distribuição de água, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, o atendimento aos usuários, bem como a prestação de serviços complementares, no âmbito urbano do Município de São Francisco do Sul/SC, nos termos da adjudicação objeto da licitação promovida pela Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, nos moldes do Edital de Concorrência Pública sob nº 056/2014, compreendendo: a) operação e gerenciamento de atividades objeto da concessão de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, englobando a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição, compreendido através de execução direta ou mediante contratação de terceiros, o tratamento, a adução e a distribuição de água potável e de coleta, o transporte, o afastamento, a interceptação, o tratamento e a destinação final de esgotos sanitários, no âmbito do Município de São Francisco do Sul; b) gestão dos sistemas organizacionais e comerciais, incluindo leitura de hidrômetro, faturamento, cobrança, inibidor a fraude, gerenciamento de parque de hidrômetros, arrecadação direta ou por terceiros, e atendimento ao público em sistema de água e esgoto, bem como a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários; c) elaboração de projetos de engenharia, gerenciamento de terceiros, execução de obras de manutenção, conservação, ampliação e modernização do sistema concedido, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável; d) prestação de serviços e assistência técnica das áreas de atividade da Emissora; e e) instalação, supervisão e montagem de equipamentos relacionados com sua atividade fim.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 41.500.000,00 (quarenta e um milhões e quinhentos mil reais), na Data de Emissão.

3.4. Número de Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Garantia Fidejussória

3.5.1. Para assegurar o fiel, integral e pontual pagamento da totalidade das obrigações principais e acessórias assumidas pela Emissora nesta Escritura, incluindo o Valor Nominal Unitário Atualizado, a Remuneração e os Encargos Moratórios, conforme aplicável, bem como todos os acessórios ao principal, incluindo indenizações, custos e/ou despesas (observado o disposto na Cláusula 8.7 abaixo) e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário e/ou pelos

Debenturistas, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura, nas datas previstas nesta Escritura, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida, nos termos desta Escritura ("Obrigações Garantidas"), as Debêntures contarão com garantia fidejussória representada por fiança prestada neste ato pela Fiadora ("Fiança"), a qual se obriga por este instrumento e na melhor forma de direito, perante os Debenturistas, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, por todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Garantidas nos termos desta Escritura.

3.5.2. A Fiadora renuncia expressamente a todos e quaisquer benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 835, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigos 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

3.5.3. Todo e qualquer pagamento realizado pela Fiadora em relação à Fiança será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

3.5.4. A Fiadora presta a Fiança aqui referida de forma solidária e em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se a Fiadora e seus sucessores a qualquer título pelo cumprimento integral das Obrigações Garantidas, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

3.5.5. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer valores devidos aos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

3.5.6. As Obrigações Garantidas serão pagas pela Fiadora no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil contado do recebimento da comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento, na data do respectivo vencimento, de qualquer Obrigação Garantida pela Emissora. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura e independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha ou possa ter ou exercer em relação às suas obrigações assumidas nos termos das Debêntures e desta Escritura.

3.5.7. O pagamento citado na Cláusula 3.5.6 acima deverá ser realizado fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário, sendo certo que o comprovante de depósito de pagamento servirá como documento de quitação do valor depositado.

3.5.8. A Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

3.5.9. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Fiadora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

3.5.10. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, sendo certo que a Fiadora somente poderá realizar a cobrança de qualquer valor que lhe seja devido pela Emissora após o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

3.5.11. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável pagamento de todas as Obrigações Garantidas, inclusive nos casos de prorrogação do prazo de vencimento final das Debêntures.

3.5.12. As obrigações da Fiadora aqui assumidas permanecerão válidas e eficazes mesmo na ocorrência de atos ou omissões que possam afetar as Obrigações Garantidas, incluindo: (a) qualquer extensão de prazo ou alteração dos termos e condições das Debêntures acordado entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de falência.

3.5.13. As Partes desde já reconhecem que a Fiança é prestada por prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, tendo como data de vencimento a data do pagamento integral do valor total das Obrigações Garantidas.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, da Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.", celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Colocação").

3.6.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Colocação. Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.

3.6.2.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Profissionais" aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 554, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada ("Instrução CVM 554").

3.6.2.2. Os Investidores Profissionais assinarão declaração atestando que efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e atestando estar cientes especialmente, mas não limitadamente, de que (a) a Oferta Restrita não foi registrada na CVM e poderá vir a ser registrada na ANBIMA; e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições desta Escritura.

3.6.3. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer Investidor Profissional, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais Investidores Profissionais que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais Investidores Profissionais nesse período.

3.6.4. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, independentemente da ordem cronológica.

3.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Profissionais interessados em adquirir as Debêntures.

3.6.6. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

3.7. Banco Liquidante e Escriturador

3.7.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.7.2. O escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados à melhoria, expansão ou implantação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário conforme prevê o Contrato de Concessão para Prestação dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento do Município de São Francisco do Sul – SC, datado de 02 de dezembro de 2014, celebrado entre a Águas de São Francisco e o Município de São Francisco do Sul, bem

como seu respectivo edital ("Contrato de Concessão") que, conforme descrito no Anexo I, não necessitem de licenciamento ambiental ou que, conforme estágio e desenvolvimento dos Projetos, apresentem licença de instalação ou de operação, conforme o caso, válida e vigente emitida pelo órgão ambiental competente.

3.8.2. Para os fins desta Escritura, consideram-se "Projetos", a prestação dos serviços indicados na cláusula 3.8.1. acima, a serem realizados pela Emissora no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, conforme previsto no Contrato de Concessão, que seguirá o cronograma físico-financeiro, o qual integra esta Escritura sob a forma de **Anexo I** ("Cronograma Físico Financeiro").

3.9. Liquidação em Conta Vinculada

3.9.1. Fica desde já acordado que, em razão de parte das atividades previstas no Contrato de Concessão depender de licenças ambientais que ainda estão em fase de obtenção pela Emissora, parcela dos recursos líquidos decorrentes da integralização das Debêntures, referentes aos serviços que podem ser desde já realizados pela Emissora, será imediatamente disponibilizada à Emissora, e parcela remanescente ficará mantida na conta vinculada nº 21598-5, agência nº 2926, junto ao Banco Depositário (conforme definido abaixo) de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada").

3.9.2. A parcela dos recursos decorrentes da integralização das Debêntures a ser imediatamente desembolsada para a Emissora será equivalente a 3.637 (tres mil seiscentas e trinta e sete) Debêntures e será depositada diretamente à Companhia, nos termos do Contrato de Distribuição. e parcela remanescente, equivalente a 513 (quinhentas e treze) Debêntures ficará depositado na Conta Vinculada.

3.9.3 A Conta Vinculada será movimentada única e exclusivamente pelo Banco Depositário, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, através de mecanismo de transferências por meio de ordem de pagamento, Transferência Eletrônica Disponível (TED) ou Documento de Ordem de Crédito – DOC, não sendo permitida a emissão de cheques ou qualquer outro meio de movimentação.

3.9.4 O montante depositado na Conta Vinculada ficará bloqueado até a liberação total ou parcial dos recursos a medida que as respectivas licenças de instalação ou de operação, conforme o caso, válidas e vigentes emitidas pelo órgão ambiental competente, conforme descrito no Anexo I ("Licenças Ambientais") forem obtidas, consoante os termos e condições ora previstos, ou até o resgate antecipado total das Debêntures, conforme previsto no item 5.3.2.2, e somente será liberado pelo Banco Depositário conforme ordem nesse sentido recebida do Agente Fiduciário.

3.9.5. Para os fins previstos nessa cláusula, a Emissora deverá informar ao Agente Fiduciário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sobre a obtenção de qualquer nova Licença Ambiental, bem como a revogação, por qualquer motivo, da necessidade de qualquer Licença Ambiental pendente de emissão.

3.9.6. Uma vez informado sobre a obtenção de qualquer nova Licença Ambiental ou sobre a revogação mencionada no item 3.9.5 acima, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário pedido de convocação de Assembleia para liberação de recursos, acompanhado da documentação que suporte tal pedido, cabendo ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas na forma prevista na Cláusula 9.1 desta Escritura, para que seja deliberado pelos titulares das Debêntures (i) a efetiva liberação de recursos da Conta Vinculada em favor da Emissora, e, em caso de aprovação desta matéria, (ii) o montante a ser liberado.

3.9.7. Aprovada a liberação de qualquer valor para a Emissora, o Banco Depositário deverá ser notificado do resultado da Assembleia Geral de Debenturistas em até 01 (um dia útil) da sua realização, por meio de notificação enviada pelo Agente Fiduciário, com cópia para a Emissora ("Notificação da Liberação dos Recursos"). O Banco Depositário deverá liberar em favor da Emissora, em até 01 (um) dia útil, contados da Notificação da Liberação dos Recursos os valores aprovados na Assembleia Geral de Debenturistas na forma prevista na Cláusula 3.9.6 acima.

3.9.8. A liberação total dos recursos existentes na Conta Vinculada, conforme aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas somente se dará com a apresentação da Licença Ambiental necessária a regular implementação do respectivo Projeto, conforme previsto no Anexo I. Caso todas as Licenças Ambientais previstas no Anexo I não sejam obtidas no prazo de até 01 (um) ano a contar da Data de Emissão, a Companhia deverá realizar o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, com o montante disponível na Conta Vinculada, nos termos da cláusula 5.3.2.2. Neste evento, o Agente Fiduciário instruirá o Banco Depositário a realizar a transferência dos recursos para a realização do Resgate Antecipado Obrigatório.

3.9.9. Os custos para a manutenção da Conta Vinculada, se existentes, serão arcados pela Emissora.

3.9.10. Para fins desta cláusula, a Emissora concede ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, ou ao respectivo preposto, funcionário ou agente indicado, livre acesso a todas as informações solicitadas a respeito da Conta Vinculada pelo Agente Fiduciário, inclusive para permitir que o Agente Fiduciário (diretamente ou por meio de qualquer de seus respectivos agentes, sucessores ou cessionários) execute as disposições da Escritura de Emissão.

3.9.11. A Emissora autoriza o Banco Depositário a fornecer ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, bem como que o Agente Fiduciário forneça aos Debenturistas qualquer tipo de informação ou movimentação financeira envolvendo a Conta Vinculada ou as aplicações e/ou resgates nas aplicações financeiras relacionadas a Conta Vinculada, renunciando ao direito de sigilo bancário em relação a tais informações, seja através de extratos bancários, posições e valores contidos na Conta Vinculada, dentre outros documentos. A Emissora, desde logo, de forma irrevogável e irretratável, reconhece que este procedimento não constitui infração às regras que disciplinam o sigilo bancário, em especial a lei complementar nº 105 de 10 de janeiro de 2001, tendo em vista as peculiaridades que revestem os serviços objeto desta Escritura de Emissão.

3.10. Banco Depositário

3.10.11 As Partes concordam, de forma irrevogável e irrevogável, que:

- (i) o Banco Depositário não será responsabilizado por qualquer ação ou omissão no desempenho de suas funções aqui previstas, exceto na medida em que tenha agido, com culpa grave ou dolo, conforme comprovado por decisão judicial transitada em julgado, sendo certo que qualquer indenização estará limitada ao valor da remuneração auferida pelo Banco Depositário;
- (ii) o Banco Depositário não está obrigado a verificar a veracidade das notificações ou comunicações a eles entregues e não será, de nenhuma forma, responsabilizado por eventuais fatos danosos delas decorrentes;
- (iii) o Banco Depositário não prestará declaração quanto ao conteúdo, à validade, ao valor, à autenticidade ou à possibilidade de cobrança de qualquer título, ou outro documento, ou instrumento que detiver ou que lhes for entregue em relação à presente Escritura de Emissão;
- (iv) o Banco Depositário terá o direito de confiar em laudo arbitral, ordem, sentença judicial, conforme aqui previsto, sem que fiquem obrigados a verificar a autenticidade ou a exatidão dos fatos neles declarados ou sua adequação;
- (v) o Banco Depositário não será responsável caso, por força de decisão judicial, tome ou deixe de tomar qualquer medida que de outro modo seria exigível;
- (vi) o Banco Depositário não será responsável se os valores depositados na Conta Vinculada forem bloqueados por ordem administrativa ou judicial, emitida por autoridade à qual o Banco Depositário esteja sujeito, entre outras, Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Secretaria da Receita Federal;
- (vii) a Emissora pagará ou reembolsará o Banco Depositário, mediante solicitação por escrito com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência, quaisquer tributos de transferência ou outros tributos relacionados à Conta Vinculada, incorridos com relação a esta Escritura de Emissão, bem como indenizarão e isentarão o Banco Depositário de quaisquer valores que sejam obrigados a pagar no tocante aos referidos tributos; e
- (viii) o Banco Depositário cumprirá todas as disposições constantes das notificações e documentos recepcionados, desde que estejam de acordo com as determinações desta Escritura de Emissão.

3.10.2. O Banco Depositário pode ser substituído (i) por destituição, aprovada pelos Debenturistas; (ii) por sua renúncia, mediante comunicação à Emissora e aos Debenturistas com antecedência de 30 (trinta) dias; (iii) falência ou liquidação do Banco Depositário, de seus controladores e/ou controladas; ou (iv) comprovada violação pelo Banco Depositário, seus diretores, empregados ou representantes, de qualquer disposição contida nesta Escritura de Emissão.

3.10.3. Ocorrendo quaisquer das hipóteses previstas no item 3.10.2., a Emissora obriga-se a, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da renúncia ou destituição, indicar uma lista tríplice de instituições financeiras de primeira linha que já tenham manifestado por escrito sua intenção de assumir o encargo e submetê-la aos Debenturistas, que determinarão, em sede de Assembleia Geral de Debenturistas, dentre tais instituições, uma delas para ser o banco depositário substituto.

3.10.4. A despeito de adotar procedimentos de contingenciamento para problemas em seus sistemas, o Banco Depositário não se responsabilizará por eventuais interrupções na prestação dos serviços decorrentes de suspensões ou falhas nos sistemas, recursos ou infraestrutura das concessionárias de serviços públicos, sobretudo de telecomunicações.

3.11. Nomeação do Agente Fiduciário

3.11.1. A Emissora, neste ato, nomeia e constitui o Agente Fiduciário como seu legítimo e bastante procurador, atribuindo ao mesmo poderes expressos, irrevogáveis e irrevogáveis, nos termos dos artigos 683 e 684 do Código Civil Brasileiro, para movimentar a Conta Vinculada em caso de Vencimento Antecipado ou vencimento final sem que as Obrigações Garantidas tenham sido devidamente quitadas, incluindo instruir o Banco Depositário a transferir todo e qualquer recurso depositado na Conta Vinculada para quitação das Obrigações Garantidas, seguindo os procedimentos estabelecidos pela CETIP e demais procedimentos previstos nesta Escritura.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 30 de outubro de 2015 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Forma, Emissão de Certificados e Comprovação de Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.3. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.4. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

n = Número total de TR's consideradas entre a Data de Emissão, início de rentabilidade, incorporação, o que ocorrer por último, e a data de atualização, sendo n um número inteiro;

TR_k = Taxa Referencial da Data de Aniversário divulgada pelo BACEN entre a Data de Emissão ou a última Data de Aniversário, conforme o caso, e a data de atualização, sendo certo que TR_k utilizada para o primeiro período será referente ao dia 30 de novembro de 2015;

Dup_k = Número de Dias Úteis compreendidos entre a Data de Emissão ou a Data de Aniversário anterior e a data de cálculo, para o primeiro período da TR_k utilizada e a data do cálculo, limitado ao número de Dias Úteis total de vigência da TR_k , sendo dup_k um número inteiro;

Dut_k = Número total de Dias Úteis entre a Data de Aniversário anterior e a próxima Data de Aniversário, sendo dut_k um número inteiro.

4.2.1.2 Fica acordado que o Valor Nominal Unitário será atualizado entre a Data de Emissão e a primeira Data de Aniversário, qual seja, 30 de novembro de 2015, pela TR divulgada no dia 30 de novembro de 2015, sendo certo que a partir dessa data será utilizada a TR referente à Data de Aniversário.

4.2.2. Remuneração

4.2.2.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente à taxa equivalente a 11,75% (onze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Spread"), calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento ("Remuneração"), calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNa \times (\text{Fator Juros} - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração devido ao final do Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado pela variação acumulada da TR, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \left(\frac{i}{100} + 1 \right)^{\frac{dup}{252}}$$

onde:

i ou $Spread = 11,7500$ (onze inteiros e setenta e cinco centésimos); e

dup = Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo.

4.2.2.2 Na hipótese de elevação na taxa de juros incidente sobre os depósitos em Caderneta de Poupança Livre (pessoa física) ("Cupom de Remuneração") a um patamar acima de 6,17% (seis inteiros e dezessete centésimos por cento) ao ano, o $Spread$ será majorado nos mesmos números de pontos percentuais correspondentes à elevação do Cupom de Remuneração. Caso, após a ocorrência de majoração, ocorra redução no Cupom de Remuneração, o $Spread$ será reduzido nos mesmos números de pontos percentuais correspondentes à redução do Cupom de Remuneração, ficando desde já acordado e aceito pelas Partes que tal redução está limitada, em qualquer hipótese, ao valor mínimo de $Spread$ equivalente a 11,75% (onze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano.

4.2.2.3. A majoração ou redução do $Spread$, conforme o caso, deverá ser comunicada pelo Agente Fiduciário à CETIP, em até 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da ocorrência da majoração ou redução, conforme o caso, do Cupom de Remuneração ("Novo Cupom de Remuneração"). Na hipótese de ocorrência de Novo Cupom de Remuneração, fica desde já certo e ajustado que a Remuneração passará a ser calculada, considerando a majoração ou redução do $Spread$, conforme o caso, após 2 (dois) Dias Úteis contados a partir da Vigência do Novo Cupom de Remuneração ("Data de Alteração do Spread") até o efetivo pagamento na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures, resultante (a) do seu vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, (b) do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula 5.2. abaixo, (c) da Amortização Extraordinária Facultativa e Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos da Cláusula 5.3 abaixo ou (d) das hipóteses de resgate antecipado previstas nas Cláusulas 4.2.4 e 4.2.2.6 abaixo).

4.2.2.4. A majoração ou redução do $Spread$, conforme o caso, será formalizada pelas Partes mediante aditamento desta Escritura, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

4.2.2.5. Sempre que houver majoração ou redução do $Spread$, a Remuneração deverá ser calculada da seguinte forma: (i) entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a Data de Alteração do $Spread$ (exclusive), utilizar-se-á o $Spread$ vigente até a Data de Alteração do $Spread$, e (ii) a partir da Data de Alteração do $Spread$ (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente subsequente, utilizar-se-á a majoração ou redução do $Spread$, conforme o caso, considerando-se o Novo Cupom de Remuneração.

4.2.2.6. Na hipótese de majoração do $Spread$, nos termos da Cláusula 4.2.2.2 acima, fica facultado à Emissora, a seu exclusivo critério, independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o

resgate da totalidade das Debêntures, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, observado ainda que: (i) o resgate ocorrerá mediante comunicação dirigida aos Debenturistas, à CETIP e ao Agente Fiduciário com antecedência mínima de 5 (cinco) dias corridos com relação à data do referido resgate; e (ii) não será devida, pela Emissora, aos Debenturistas, quaisquer montantes a título de multa ou prêmio de qualquer natureza em razão do referido resgate.

4.2.2.7 Se a TR for extinta ou deixar de ser o índice aplicável aos depósitos de poupança, os valores devidos nos termos desta Escritura passarão a ser reajustados pelo índice que vier a ser usado para o reajuste da Caderneta de Poupança Livre (pessoa física). No caso de extinção da Caderneta de Poupança Livre (pessoa física), adotar-se-á, como parâmetro de reajuste das parcelas, o investimento que for expressamente indicado por lei ou pelo Governo Federal para tomar o seu lugar, utilizando-se o índice que for aplicado para esse investimento, ou, na falta de investimento que o substitua, o índice que vier a ser fixado por lei ou pelo Governo Federal ou, ainda na falta de índice fixado por lei ou pelo Governo Federal, o índice que venha a substituir a TR no âmbito das operações no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) tratadas pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.932, de 16 de dezembro de 2010 ("Taxa Substitutiva das Debêntures").

4.2.2.8 Caso não haja possibilidade de substituição da TR, nas hipóteses elencadas na Cláusula 4.2.2.7 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) Dias Úteis, contados da data em que a TR foi extinta ou deixou de ser aplicável, Assembleia Geral de Debenturistas, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula IX desta Escritura, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Nova Taxa das Debêntures"). Até a deliberação da Nova Taxa das Debêntures, será utilizado, para cálculo do valor da Remuneração, o percentual correspondente à última TR divulgada oficialmente, nos termos da Cláusula 4.2.2.3. acima, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, da Fiadora ou dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da TR, se houver, observado que, no caso de não haver definição da Nova Taxa das Debêntures nos termos aqui estabelecidos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 4.2.5 abaixo.

4.2.3 Em havendo a adoção de Taxa Substitutiva das Debêntures ou da Nova Taxa das Debêntures, conforme o caso, fica desde já certo e ajustado que o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado monetariamente (i) nos termos da Cláusula 4.2.1.1 acima, desde a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de adoção de novo índice substitutivo, exclusive, e (ii) pela Taxa Substitutiva das Debêntures ou pela Nova Taxa das Debêntures, conforme o caso, a partir da data de adoção da Taxa Substitutiva das Debêntures ou da Nova Taxa das Debêntures, conforme o caso, inclusive, até Data de Vencimento ou a data de pagamento da Remuneração em decorrência do vencimento antecipado das Debêntures ou Resgate Antecipado Facultativo, o que

ocorrer primeiro. A Emissora e os Debenturistas declaram e reconhecem que a substituição do índice não importará em novação.

4.2.4 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 4.2.2.8 acima, não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a definição da Nova Taxa das Debêntures, a Emissora deverá, obrigatoriamente, realizar o resgate da totalidade das Debêntures, utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, na data em que for constatada tal impossibilidade. Nesta hipótese, a Emissora deverá pagar, aos Debenturistas, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis, contados da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, o montante equivalente ao Valor Nominal Unitário Atualizado desde a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo resgate, utilizando-se, nesse caso, o percentual correspondente à última TR divulgada oficialmente, observado ainda que não será devida, pela Emissora, aos Debenturistas, quaisquer montantes a título de multa ou prêmio de qualquer natureza em razão do referido resgate.

4.2.5 Não obstante o disposto acima, caso a TR venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 4.2.2.8, esta não será mais realizada e a TR então divulgada, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures.

4.2.6 Para fins da presente Escritura: (i) a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia com exceção feita aos sábados, domingos e feriados declarados nacionais, sendo certo que, para fins de obrigações e prazos de cura aplicáveis à Emissora estabelecidos nas cláusulas 2.5.1, 2.6.1, 4.2.2.3, 4.2.4, 4.11, 6.1.1, 6.2.1, 7.1, 7.2 e 8.7.2 desta Escritura, considerar-se-á “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados declarados nacionais, estaduais e municipais nos municípios de São Francisco do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos; (ii) a expressão “Período de Capitalização” significa o período de capitalização da Remuneração, correspondente ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, ou da Data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e termina na Data de Pagamento da Remuneração.

4.3. Periodicidade do Pagamento da Remuneração das Debêntures

4.3.1. Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos anualmente, todo mês de outubro, sendo o primeiro pagamento devido no dia 30 de outubro de 2016 e o último pagamento devido na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures, resultante (a) do seu vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, (b) do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula 5.2. abaixo, (c) da Amortização Extraordinária Facultativa e Amortização Extraordinária Obrigatória, Resgate Antecipado

Obrigatório Parcial, nos termos da Cláusula 5.3 abaixo ou (d) do resgate antecipado previsto na Cláusula 4.2.4 acima) ("Data de Pagamento da Remuneração").

4.4. Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado

4.4.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado será integralmente amortizado em uma única data, qual seja, na Data de Vencimento (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures, resultante (a) do seu vencimento antecipado em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, nos termos das Cláusulas 6.1.1 e 6.2.1 abaixo, (b) do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, nos termos da Cláusula 5.2 abaixo, (c) da Amortização Extraordinária Facultativa e Amortização Extraordinária Obrigatória, nos termos da Cláusula 5.3 abaixo ou (d) das hipóteses de resgate antecipado previstas nas Cláusulas 4.2.4 acima).

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Caso uma determinada Data de Vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, ou no Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura por quaisquer das Partes (inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição das Debêntures), até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso ficarão sujeitos a (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora não compensatórios calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas (observado o disposto na Cláusula 8.7 abaixo) incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora no jornal indicado na Cláusula 4.11.1 abaixo, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração das Debêntures e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impuntualidade no pagamento.

4.9. Colocação, Forma, Preço e Prazo de Integralização

4.9.1. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, observado o disposto no Contrato de Colocação.

4.9.2. Observado o disposto na Cláusula 3.9 acima, as Debêntures serão integralizadas, no mercado primário, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Integralização ("Preço de Subscrição"), de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP, e observadas as condições previstas no Contrato de Colocação.

4.9.3. As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta Restrita, observado o disposto nos artigos 7-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.10. Repactuação

4.10.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no DOESC e no jornal "Notícias do Dia" ("Aviso aos Debenturistas"), bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.aguasdesaofranciscodosul.com.br) observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação que afete a Emissão em até 01 (um) dia útil, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo para divulgação de suas informações.

4.12. Liquidez e Estabilização

4.12.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.13. Imunidade de Debenturistas

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

4.14. Direito ao Recebimento dos Pagamentos

4.14.1. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.15. Classificação de Risco

4.15.1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta Restrita para atribuir *rating* às Debêntures.

CLÁUSULA V **AQUISIÇÃO FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO** **FACULTATIVO, RESGATE ANTECIPADO OBRIGATÓRIO,** **AMORTIZAÇÃO EXTRAORDNÁRIA FACULTATIVA E** **AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA OBRIGATÓRIA**

5.1. Aquisição Facultativa

5.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta Cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Instrução CVM 476. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

5.2. Resgate Antecipado Facultativo e Resgate Antecipado Obrigatório

5.2.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer tempo após decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo").

5.2.2. Não obstante o disposto na Cláusula 5.2.1 acima e observadas as disposições das Cláusulas 5.3.1 e seguintes abaixo, a Emissora desde já se obriga a efetuar o imediato resgate antecipado da totalidade das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures caso, durante a vigência das Debêntures, seja contratado (e desde que ocorra o efetivo desembolso), pela Emissora, qualquer financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, Caixa Econômica Federal, outras instituições financeiras internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento e/ou instituições financeiras privadas ("Financiamento de Longo Prazo"), em montante equivalente a, no mínimo, o saldo devedor das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório") no momento da contratação do referido Financiamento de Longo Prazo, devendo realizar a Comunicação de Resgate Antecipado em até 1 (um) dia útil contado do desembolso do Financiamento de Longo Prazo, com a antecedência mínima prevista no item 5.2.4. abaixo.

5.2.3. Ressalvados os itens 5.3.2.1 e 5.3.2.2 abaixo, não será admitido Resgate Antecipado Facultativo parcial ou Resgate Antecipado Obrigatório parcial das Debêntures.

5.2.4. O Resgate Antecipado Facultativo e o Resgate Antecipado Obrigatório ocorrerão mediante comunicação dirigida aos Debenturistas, à CETIP e ao Agente Fiduciário ("Comunicação de Resgate Antecipado"), com antecedência mínima de 20 (vinte) dias corridos com relação à data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso ("Data do Resgate Antecipado"). A Comunicação de Resgate Antecipado poderá ocorrer, a critério da Emissora, por meio de correspondência direta a todos os Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário ou publicação dirigida aos Debenturistas a ser divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura.

5.2.4.1. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado ("Valor do Resgate Antecipado"), sendo que as Partes concordam que, caso a Emissora não respeite o prazo estabelecido na Cláusula 5.2.4 acima, haverá incidência de prêmio a ser pago pela Emissora em razão do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório equivalente a 2% (dois por cento) *flat* incidentes sobre o Valor do Resgate Antecipado.

5.2.4.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado; e (b) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso.

5.2.4.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

5.2.5. Caso ocorra o Resgate Antecipado Facultativo ou o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Facultativo ou Resgate Antecipado Obrigatório também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

5.2.6. A Data do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso, deverá ser, obrigatoriamente, um Dia Útil e, caso a respectiva Data do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso, não seja um Dia Útil, a Data do Resgate Antecipado Facultativo ou do Resgate Antecipado Obrigatório, conforme o caso, será transferida para o Dia Útil imediatamente seguinte.

5.3. Amortização Extraordinária Facultativa e Amortização Extraordinária Obrigatória

5.3.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer tempo, após decorridos 90 (noventa) dias contados a partir da Data de Emissão, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário Atualizado, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do referido valor, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa").

5.3.2. Não obstante o disposto na Cláusula 5.3.1 acima, caso seja contratado (e desde que ocorra o efetivo desembolso), pela Emissora, um Financiamento de Longo Prazo, em montante inferior ao saldo devedor das Debêntures no momento da referida contratação, a Emissora desde já se obriga a efetuar a amortização obrigatória das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Atualizado, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, em montante equivalente aos recursos captados por meio do referido Financiamento de Longo Prazo ("Amortização Extraordinária Obrigatória").

5.3.2.1. Não obstante o disposto na Cláusula 5.3.1 e 5.3.2 acima, caso seja contratado (e desde que ocorra o efetivo desembolso), pela Emissora, um Financiamento de Longo Prazo, em montante superior a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Atualizado e inferior ao saldo devedor das Debêntures, a Emissora desde já se obriga a proceder, a seu critério, (i) ao resgate antecipado obrigatório parcial das Debêntures ("Resgate Antecipado Obrigatório Parcial"), seguindo os procedimentos adotados pela CETIP, inclusive no que se refere ao sorteio das debêntures, o qual será coordenado pelo Agente Fiduciário, ou (ii) o Resgate Antecipado Obrigatório para a totalidade das Debêntures. Para tal a Emissora seguirá os procedimentos da CETIP bem como os comunicação já previstos no item 5.2 acima.

5.3.2.2. Caso a Emissora não obtenha as Licenças Ambientais previstas no Anexo I no prazo de até 1 (um) ano contado da Data de Emissão, deverá realizar o Resgate Antecipado Obrigatório das Debêntures, com o montante dos recursos disponíveis na Conta Vinculada. Para tal a Emissora

reais), no caso de obrigações da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso de obrigações da Fiadora, desde que não sanada no prazo de cura aplicável, se houver, e, em não havendo, desde que não sanada no prazo de 02 (dois) Dias Úteis;

- (m) extinção da concessão objeto do Contrato de Concessão, nos termos ali previstos;
- (n) transformação da Emissora e ou da Fiadora em sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (o) redução de capital social da Emissora sem a prévia aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (p) a não realização do Resgate Antecipado Obrigatório ou do Resgate Antecipado Obrigatório Parcial ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso;
- (q) se a Fiança for: (a) questionada pela Emissora e/ou pela Fiadora; (b) anulada, considerada nula, ou inválida; ou se (c) de qualquer forma, deixar de existir, for rescindida ou transferida, por qualquer motivo, desde que, em qualquer das hipóteses a Fiança não seja substituída por outra garantia previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (r) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora das respectivas obrigações assumidas nesta Escritura, sem a aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; e
- (s) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Fiadora, de decisão arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora e/ou a Fiadora, que condene a Emissora e/ou a Fiadora ao pagamento de valor, individual ou agregado, superior a (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Fiadora, exceto se no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis, contado a partir da data fixada para o respectivo pagamento os efeitos de tal decisão ou sentença forem suspensos por meio de medida judicial ou arbitral cabível e enquanto assim permanecerem.

6.1.2. Para os fins desta Escritura, "Controladas Relevantes" significa qualquer sociedade integrante do grupo econômico da Emissora que, na data da ocorrência do respectivo Evento de Inadimplemento, represente, no mínimo, 10% (dez por cento) do faturamento consolidado da

Fiadora, com base nas últimas informações anuais consolidadas e auditadas divulgadas pela Fiadora.

6.1.3. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Automáticos previstos na Cláusula 6.1.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, assim que ciente, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita, nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, informando tal acontecimento.

6.2. Vencimento Antecipado Não Automático

6.2.1. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.2.2 a 6.2.4 e 6.3.1 abaixo, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.2.2 abaixo, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada uma das hipóteses, um “Evento de Inadimplemento Não Automático” e, em conjunto com os Eventos de Inadimplemento Automático, os “Eventos de Inadimplemento”)

- (a) (i) apresentação, por parte das respectivas controladas da Emissora e/ou da Fiadora, de plano de recuperação extrajudicial a seus credores, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do referido plano; ou (ii) ingresso em juízo com requerimento de recuperação judicial das respectivas controladas da Emissora e/ou da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo requerimento;
- (b) (i) decretação de falência das respectivas controladas da Emissora e/ou da Fiadora; (ii) pedido de autofalência formulado por qualquer das respectivas controladas da Emissora e/ou da Fiadora; (iii) pedido de falência de qualquer das respectivas controladas da Emissora e/ou da Fiadora, desde que não elidido no prazo legal; e/ou (iv) qualquer evento análogo que caracterize estado de insolvência de qualquer das controladas da Emissora e/ou da Fiadora, incluindo acordo de credores;
- (c) inadimplemento, pela Emissora ou pela Fiadora, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que referida obrigação não pecuniária deveria ter sido cumprida, observado que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão;
- (d) caso se revelem falsas, incorretas e/ou omissas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Fiadora nesta Escritura e/ou nos demais documentos relacionados à Emissão;

- (e) protesto de títulos cujo pagamento seja responsabilidade da Emissora e/ou da Fiadora, cujo valor individual ou agregado seja superior a (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Fiadora, exceto se, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de intimação do protesto, a Emissora e/ou a Fiadora, conforme aplicável, comprovar ao Agente Fiduciário que (a) referido protesto foi indevidamente efetuado, decorreu de erro ou má-fé de terceiros, ou foi sustado ou cancelado; ou (b) os efeitos do protesto forem suspensos por decisão judicial;
- (f) ocorrência de qualquer evento que tenha, com relação à Emissora ou à Fiadora, conforme aplicável: (i) qualquer efeito adverso relevante na situação financeira ou de outra natureza, nos seus negócios, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas; ou (ii) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura, bem como dos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita ("Efeito Adverso Relevante"), sendo certo que a Emissora ou a Fiadora, conforme o caso, terão o direito de apresentar explicações sobre tal Efeito Adverso Relevante em até 2 (dois) Dias Úteis antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas que deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures;
- (g) autuações impostas à Emissora e/ou à Fiadora pelos órgãos governamentais de caráter socioambiental ou regulatória, em valor individual ou agregado igual ou superior ao montante de (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Fiadora, não sanadas ou formalmente contestadas no prazo legal a contar da data de seu recebimento;
- (h) autuações impostas à Emissora pelos órgãos governamentais de caráter fiscal ou de defesa da concorrência, dentre outros, cujo somatório seja igual ou superior ao montante de (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Fiadora, não sanadas ou formalmente contestadas no prazo legal a contar da data de seu recebimento;
- (i) existência de execuções judiciais de qualquer natureza, contra a Emissora e/ou a Fiadora, não sanadas ou formalmente contestadas no prazo legal a contar da data da citação, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a (i) R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), no caso da Emissora; e (ii) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no caso da Fiadora;
- (j) na hipótese de ser constatado atraso do Cronograma Físico Financeiro superior a 60 (sessenta) dias corridos não justificado em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura, em montante superior a percentual equivalente a 30% (trinta por cento) e, após realização da nova

verificação dos Projetos realizada pelo Consultor em razão do atraso referido nesta Cláusula, ser constatado indícios materiais de que a Emissora não cumprirá com os prazos estabelecidos no Cronograma Físico Financeiro;

- (k) alteração ou modificação do objeto social da Emissora e/ou da Fiadora que possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- (l) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus respectivos acionistas, pela Emissora ou pela Fiadora, caso a Emissora e/ou a Fiadora estejam em mora com qualquer de suas respectivas obrigações estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) existência de ato de autoridade governamental, com o objetivo de sequestrar, expropriar, desapropriar, ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, propriedades ou ações representativas do capital social da Emissora ou da Fiadora, ou ainda ativos que representem, respectivamente, no mínimo, 10% (dez por cento) do faturamento da Emissora ou do faturamento consolidado da Fiadora, conforme aplicável;
- (n) não observância, pela Fiadora, dos índices financeiros (“Índices Financeiros”) indicados a seguir, a serem calculados pela Fiadora e acompanhados anualmente pelo Agente Fiduciário, sendo que a verificação será realizada com base nas demonstrações financeiras anuais consolidadas e auditadas divulgadas pela Fiadora a partir do exercício social encerrado em 31 dezembro de 2015 e o Agente Fiduciário deverá realizar referido acompanhamento, nos termos da Cláusula 7.2, item (a), alínea (ii), abaixo:
 - (i) Dívida Financeira Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,5; e
 - (ii) Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida deve ser igual ou maior a 1,3.
- (o) não obtenção, não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações dos alvarás de funcionamento ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e pela Fiadora, exceto caso a Emissora e/ou Fiadora, conforme o caso, obtenha decisão judicial ou administrativa que permita a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou da Fiadora, conforme o caso, dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, e desde que, durante esse prazo, não haja a cassação ou a suspensão da referida decisão. O prazo estabelecido nesta alínea será contado a partir da data de: (i) publicação, no Diário Oficial, da não renovação, cancelamento, revogação, ou suspensão, conforme o caso; ou (ii) recebimento, pela Emissora e/ou pela

Fiadora, conforme o caso, de notificação comunicando a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro.

6.2.1.1. Para fins desta Escritura:

- (a) “Dívida Financeira Líquida” significa a Dívida Total menos o saldo em caixa e o saldo de aplicações financeiras;
- (b) “Dívida Total”: significa, com relação à Fiadora a somatória de (I) todos os endividamentos da Fiadora no que diz respeito a empréstimos tomados junto a qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relativas a cartas de crédito; (II) todas as obrigações da Fiadora representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários da mesma natureza; (III) todas as obrigações da Fiadora, na sua condição de arrendatária em contratos de *leasing*, em conformidade com os termos dos referidos contratos de *leasing* registrados como “leasing de bens do imobilizado”, conforme aplicável; (IV) dívidas líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos;
- (c) “EBITDA”: significa, para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Fiadora, acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nas demonstrações financeiras consolidadas nos últimos 12 (doze) meses; e
- (d) “Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida (ICSD)”: representa a capacidade de pagamento da dívida da Fiadora e é calculado como o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais, acrescido das captações de dívida, aporte de capital e saldo inicial em caixa e em aplicações financeiras, dividido pelo serviço da dívida da Fiadora, que incluem o pagamento de juros e do principal da Dívida Total, sendo certo que o ICSD deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses baseado nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de 31 de dezembro de cada exercício social.

6.2.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento Não Automáticos, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo permitido por lei, para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula IX desta Escritura e o *quórum* específico estabelecido na Cláusula 6.2.3 abaixo. As Assembleias Gerais aqui previstas poderão também ser convocadas pela Emissora, na forma da Cláusula 9.1.1 abaixo.

6.2.3. Se, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.2.2 acima, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, decidirem pelo não vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

6.2.4. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.2.2 acima, forem declaradas antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, ou em caso de não instalação em segunda convocação da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá imediatamente declarar o vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e enviar, imediatamente, comunicação à Emissora nos termos da Cláusula 6.3.1 abaixo, com cópia para a CETIP e ao Banco Liquidante.

6.3. Obrigação de Resgate das Debêntures por conta de Vencimento Antecipado

6.3.1. Em caso de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, em virtude da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.2.1 acima, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, pelo Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura, em até 1 (um) Dia Útil, contado data do Evento de Inadimplemento Automático ou da data em que for declarado o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, mediante comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolada, ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou por telegrama, no endereço constante da Cláusula XI abaixo ou por meio de fax, com confirmação de recebimento enviado ao número constante da Cláusula XI abaixo, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.3.2. Caso o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, em virtude da ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.2.1 acima, ocorrer antes da liberação integral dos recursos da Conta Vinculada, o saldo existente deverá ser direcionado pelo Banco Depositário, conforme instruções a serem oportunamente indicadas pelo Agente Fiduciário, para fins do resgate previsto na cláusula 6.3.1. acima.

CLÁUSULA VII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA FIADORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:

~ ~ ~ ~ ~
~ ~ ~ ~ ~
~ ~ ~ ~ ~

- (i) no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados do término do exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao exercício social anterior, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; (b) declaração assinada pelos representantes legais da Emissora, nos termos de seu estatuto social, atestando (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura; (2) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula VI e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas; e (3) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social;
- (ii) qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da respectiva solicitação ou em menor prazo, conforme previsto nesta Escritura;
- (iii) em tempo hábil, as informações veiculadas nos termos previstos na Cláusula 4.11 acima;
- (iv) em até 2 (dois) Dias Úteis, contado da respectiva ocorrência, a contratação do Financiamento de Longo prazo;
- (v) no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tiver tomado conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária nos termos ou condições desta Escritura;
- (vi) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis da data em que tiver tomado conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza não pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura;
- (vii) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis da data de recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial envolvendo procedimento de valor individual ou agregado equivalente a, no mínimo, R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) recebida;
- (viii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) convocar, nos termos da Cláusula IX desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com às Debêntures, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;

h
p

~ ~ ~ ~ ~
~ ~ ~ ~ ~
~ ~ ~ ~ ~

- (c) informar por escrito ao Agente Fiduciário, na mesma data de sua ocorrência, a convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas não convocada pelo Agente Fiduciário;
- (d) informar por escrito ao Agente Fiduciário a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, em até 2 (dois) Dias Úteis de sua ocorrência;
- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, conforme aplicável, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (f) disponibilizar, na rede mundial de computadores da Emissora (www.aguasdesaofranciscodosul.com.br), cópia das suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao exercício social findo em 2014, observados os prazos estabelecidos na legislação e regulamentação em vigor;
- (g) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (h) informar por escrito ao Agente Fiduciário, em até 3 (três) Dias Úteis de sua ocorrência, sobre qualquer evento que tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (i) comparecer a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social ou com esta Escritura, em especial atos que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (k) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aqueles, regulamentos, leis, regras, e ordens questionados de boa fé nas esferas judiciais e/ou administrativas;
- (l) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (m) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora, entregando ao Agente Fiduciário os comprovantes, quando solicitado;

R
P

- (n) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário previamente aprovadas pela Emissora, sempre que possível, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- (o) obter e manter sempre válidas e em vigor as licenças ambientais necessárias para os Projetos, conforme seu estágio de desenvolvimento;
- (p) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita, de que seja parte, conforme aplicável, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- (q) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura e nos demais documentos relacionados à Emissão e à Oferta Restrita, de que seja parte, conforme aplicável;
- (r) arcar com todos os custos decorrentes: (i) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (ii) de registro e de publicação das aprovações e dos atos societários necessários à realização da Emissão e da Oferta Restrita, bem como à constituição da Fiança; (iii) de registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, nos termos desta Escritura; e (iv) das despesas com a contratação do Agente Fiduciário, do Banco Liquidante, do Escriturador Mandatário e das demais partes envolvidas na realização da Emissão e da Oferta Restrita;
- (s) sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, nos termos da Instrução CVM 476:
 - (i) preparar as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações;
 - (ii) submeter as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
 - (iii) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento do seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;

Fiduciário, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do referido relatório na CVM, previsto na alínea “n” da Cláusula 8.4.1 abaixo;

- (ii) enviar, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contado do encerramento de cada semestre, ao Agente Fiduciário relatório, atestando que os recursos obtidos em razão das Debêntures estão sendo utilizados nos Projetos, conforme modelo constante do Anexo III a esta Escritura, sendo que o primeiro relatório deverá ser apresentado com relação às informações relativas ao período de seis meses encerrado em 31 de dezembro de 2015;
- (jj) apresentar ao Agente Fiduciário informações sobre o Projeto, sempre que solicitado, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis da respectiva solicitação; e
- (kk) apresentar ao Agente Fiduciário cópias do livros de (i) registro de ações nominativas da Emissora (“Livro de Ações”) e (ii) transferência das ações nominativas da Emissora (“Livro de Transferência” e, em conjunto com Livro de Ações, “Livros”), devidamente registrados perante a JUCESC, em até 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo dos Livros perante a JUCESC, nos quais deverá constar a Fiadora como controladora da Emissora.

7.1.1. Para fins do disposto na alínea (dd) da Cláusula 7.1 acima, a Emissora desde já concorda que o Agente Fiduciário limitar-se-á, a verificar o preenchimento dos requisitos formais constantes do relatório semestral enviado pelo Consultor. O Agente Fiduciário deverá verificar se as informações previstas na alínea (dd) da Cláusula 7.1 acima foram contempladas no relatório semestral enviado pelo Consultor, observado que o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes do relatório semestral elaborado pelo Consultor, ou ainda em qualquer outro documento que lhe seja enviado com o fim de complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações do referido relatório, exceto pela informação prevista no item (A) da alínea (dd) da Cláusula 7.1 acima, com relação a qual o Agente Fiduciário será responsável por verificar se a utilização, nos Projetos, dos recursos obtidos por meio das Debêntures foi devidamente realizada pela Emissora mediante indicação neste sentido pelo Consultor no respectivo relatório semestral.

7.1.1.1. O Agente Fiduciário deverá enviar o relatório semestral elaborado pelo Consultor, em até 1 (um) Dia Útil contado do respectivo recebimento, aos Debenturistas, nos endereços por eles indicados na Cláusula 7.1.1.2 abaixo.

7.1.1.2. Para que o Agente Fiduciário possa cumprir com as obrigações previstas na Cláusula 7.1.1.1 acima, os Debenturistas deverão, na data de subscrição e integralização das Debêntures, enviar ao Agente Fiduciário, por e-mail, conforme informações previstas na Cláusula 11.1 abaixo, seus respectivos dados de contato. Uma vez que tenha recebido os dados de contato dos Debenturistas no prazo e forma previstos nesta Cláusula, o Agente Fiduciário não poderá se escusar da obrigação prevista nas Cláusulas 7.1.1. e 7.1.1.1. acima.

7.1.1.3. No caso de negociação das Debêntures, os novos Debenturistas deverão enviar ao Agente Fiduciário, por e-mail, conforme informações previstas na Cláusula 11.1 abaixo, seus respectivos dados de contato, de forma a receber o relatório semestral elaborado pelo Consultor.

7.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto as Obrigações Garantidas não forem integralmente quitadas, a Fiadora está adicionalmente obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) no prazo de até 90 (noventa) dias corridos contados do término do exercício social, (a) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Fiadora relativas ao exercício social anterior, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e relatório da administração, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor; (b) declaração assinadas pelos representantes legais da Fiadora, nos termos de seu estatuto social, atestando: (1) o cumprimento ou não das obrigações da Fiadora descritas nesta Escritura, inclusive com relação aos Índices Financeiros, detalhando, em caso negativo, o motivo do descumprimento, e (2) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula VI; (3) inexistência de descumprimento de obrigações da Fiadora perante os Debenturistas; e (4) que não foram praticados atos em desacordo com seu estatuto social;

(ii) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da efetiva entrega das demonstrações financeiras da Fiadora ao Agente Fiduciário, conforme previsto na Cláusula 7.1, item (a), alínea (i) acima, relatório preparado pela Fiadora, contendo memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para o acompanhamento dos Índices Financeiros devidamente calculados pela Fiadora, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Fiadora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(b) qualquer informação que venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis da respectiva solicitação ou em menor prazo, conforme previsto nesta Escritura;

(c) no prazo de até 1 (um) Dia Útil da data em que tiver tomado conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária nos termos ou condições desta Escritura;

- (d) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis da data em que tiver tomado conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza não pecuniária, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura;
- (e) no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis da data de recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial envolvendo procedimento de valor individual ou agregado equivalente a, no mínimo, R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) recebida;
- (f) informar por escrito ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis de sua ocorrência, sobre qualquer evento que tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (g) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social ou com esta Escritura, em especial atos que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas, nos termos desta Escritura;
- (h) cumprir todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto por aqueles, regulamentos, leis, regras, e ordens questionados de boa fé nas esferas judiciais e/ou administrativas;
- (i) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e dos demais documentos relacionados à Emissão de que seja parte, conforme aplicável, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, conforme aplicável;
- (j) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura;
- (k) efetuar o pagamento da Fiança, nos termos e prazos previstos nesta Escritura;
- (l) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (m) obter, observados os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Fiadora, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Fiadora, das Obrigações Garantidas, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade das Obrigações Garantidas; e
- (n) tomar todas as medidas necessárias para:

(n.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, licenças, alvarás e ativos necessários para a condução dos seus negócios e os negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, dentro do respectivo objeto social e das práticas comerciais usuais;

(n.2) manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal;

(n.3) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações, inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial, exceto por aquelas obrigações questionadas de boa fé nas esferas judiciais e/ou administrativas; e

(n.4) manter os bens necessários para a condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação, conforme do Decreto nº 61.867, de 11 de dezembro de 1967.

CLÁUSULA VIII AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

- (c) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, incluindo a Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) ser instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (j) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) além da presente Emissão, o Agente Fiduciário atua nas seguintes emissões de debêntures da Emissora e de suas sociedades coligadas, controladas, controladoras ou integrantes de seu grupo econômico: (i) na 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, da Águas de Sinop S.A. ("1ª Emissão da Sinop"), com vencimento em 05 de fevereiro de 2018, em que foram emitidas 7.800 (sete mil e oitocentas) debêntures, na data de emissão, no montante de R\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), sendo que, até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento no âmbito de tal emissão. Na data de sua emissão, as debêntures de 1ª emissão da Sinop são garantidas por garantia fidejussória da Fiadora; (ii) na 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Águas de Guariroba S.A. ("2ª Emissão da Guariroba"), com vencimento em 15 de agosto de 2019, em que foram emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures, na data de

emissão, no montante de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sendo que, até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento no âmbito de tal emissão. Na data de sua emissão, as debêntures da 2ª emissão da Guariroba são garantidas por garantia fidejussória da Fiadora, por penhor em primeiro grau, de ações equivalentes a 25% (vinte e cinco inteiros por cento) do capital social da emissora, detidas pela Fiadora, bem como por cessão fiduciária de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) dos direitos creditórios oriundos do contrato de concessão; e (iii) na 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto (“2ª Emissão da Prolagos”), com vencimento em 15 de agosto de 2019, em que foram emitidas 10.000 (dez mil) debêntures, na data de emissão, no montante de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), sendo que, até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento no âmbito de tal emissão. Na data de sua emissão, as debêntures da 2ª emissão da Prolagos são garantidas por garantia fidejussória da Fiadora, por penhor em primeiro grau, de ações equivalentes a 25% (vinte e cinco inteiros por cento) do capital social da emissora, detidas pela Fiadora, bem como por cessão fiduciária de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) dos direitos creditórios oriundos do contrato de concessão;

- (m) assegura e assegurará, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas na alínea (l) acima, bem como aos Debenturistas; e
- (n) que verificou, no momento em que aceitou a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento.

8.2.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura (ou, no caso de agente fiduciário que venha a substituir o Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 8.3 abaixo, a partir da data de assinatura do aditamento relativo à sua substituição), devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 8.3 abaixo.

8.2.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas nos termos

desta Escritura e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.2.4. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o mesmo assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

8.2.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado em Assembleia Geral de Debenturistas.

8.2.6. O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos Índices Financeiros da Fiadora.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 08 (oito) dias para a primeira convocação e 05 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.6 abaixo.

8.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

8.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário está sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua

manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 7º da Instrução CVM 28; e (b) a eventuais normas posteriores.

8.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, que deverá ser (i) arquivado na JUCESC; e (ii) averbado à margem do registro desta Escritura, em até 20 (vinte) dias, nos competentes CDTs.

8.3.5. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.3.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito emanados da CVM.

8.4. Deveres

8.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração de seus próprios bens e negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e as respectivas averbações de seus aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo de caracterizar o descumprimento de obrigação não pecuniária por parte da Emissora;

- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.1.2 abaixo;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - m.1) eventual omissão, incorreção ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela Emissora;
 - m.2) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - m.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - m.5) resgate, amortização, e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Emissora;
 - m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;

- m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- m.9) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- m.10) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração; e
- m.11) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- n.1) na sede da Emissora;
- n.2) na sede do Agente Fiduciário;
- n.3) na CVM;
- n.4.) na CETIP; e
- n.5.) no endereço das instituição financeira que atuou como Coordenador Líder na colocação das Debêntures.
- (o) publicar, nos termos do da Cláusula 4.11 acima e às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, estes últimos, a partir da data em que subscreverem, integralizarem ou adquirirem as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações

8.7.5. As despesas a que se refere esta Cláusula 8.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicações em geral, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões, fotocópias, digitalizações, com envio de documentos e despesas cartorárias;
- (c) custos incorridos em contatos telefônicos e *conference calls* relacionados à Emissão;
- (d) locomoções entre Estados da Federação, respectivas viagens, hospedagens, transportes, estadia e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (f) despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas, desde que, sempre que possível, previamente autorizadas pela Emissora.

8.7.6. O Agente Fiduciário, no entanto, fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas previstas nas Cláusulas 8.7.3 e 8.7.4 acima reembolsadas pela Emissora, conforme o caso, caso tenham sido realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero ou (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

CLÁUSULA IX ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação

9.1.1. As assembleias gerais de Debenturistas ("Assembleias Gerais de Debenturistas") poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos jornais indicados na Cláusula 4.11 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8

(oito) dias contados da data da primeira publicação da convocação. Qualquer Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data da publicação do novo edital de convocação.

9.1.4. Independente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, conforme o caso.

9.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido às Assembleias Gerais de Debenturistas respectivas ou do voto proferido nessas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.2. *Quorum* de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

9.2.2. Para efeito desta Escritura, para constituição de todos e quaisquer dos *quorums* de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas aqui previstos, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas e integralizadas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de titularidade de administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. *Quorum* de Deliberação

9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto nos itens 9.3.2 e 9.3.3 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.3.2. Não estão incluídos no *quorum* previsto da Cláusula 9.3.1 acima:

- (i) os *quorums* expressamente previstos em outras disposições desta Escritura; e
- (ii) a alteração das seguintes características e condições das Debêntures, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação: (i) Remuneração; (ii) datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) espécie das Debêntures; (iv) hipóteses de vencimento

antecipado, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; e (v) termos e condições da Fiança, ou quanto a qualquer outra garantia que venha a ser constituída, no âmbito da Oferta Restrita.

9.3.3. As alterações dos *quoruns* estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 9.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, seja em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

9.4. Mesa Diretora

9.4.1. A presidência e secretaria das Assembleias Gerais de Debenturistas caberão aos representantes eleitos pelos Debenturistas presentes ou àqueles que forem designados pela CVM.

9.5. Outras Disposições Aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas

9.5.1. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.5.2. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.5.3. Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.

9.5.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

CLÁUSULA X DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA FIADORA

10.1. A Emissora e a Fiadora, de forma individual, declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, conforme aplicável, que:

- (a) a Emissora é sociedade por ações de capital fechado, devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) a Fiadora é sociedade por ações de capital aberto, devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;

- (c) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive societárias e regulatórias, para celebrar esta Escritura, emitir as Debêntures ou prestar a Fiança, conforme aplicável, e cumprir com todas as obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (e) a celebração desta Escritura bem como a emissão das Debêntures, a prestação da Fiança e o cumprimento das obrigações previstas (i) não infringem o estatuto social da Emissora e/ou da Fiadora; (ii) não infringem qualquer disposição legal, regulamentar, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou a Fiadora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos estejam sujeitos, conforme aplicável; (iii) não resultará em vencimento antecipado e/ou rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos ou de qualquer obrigação neles estabelecida; (iv) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Fiadora, ou (v) não resultará na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou da Fiadora, exceto por aqueles já existentes na presente data;
- (f) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, conforme seu estágio de desenvolvimento sendo todas elas válidas e vigentes;
- (g) a Emissora e a Fiadora estão cumprindo todas as leis regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais competentes em relação à condução de seus negócios e que sejam necessárias para a execução das atividades da Emissora e a Fiadora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades relacionadas a seu respectivo objeto social, exceto os regulamente, leis, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais competente questionados de boa fé nas esferas judiciais e/ou administrativas, desde que tal questionamento gere efeito suspensivo;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora e da Fiadora disponibilizadas representam corretamente a posição financeira da Emissora e da Fiadora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

- ~ ~ ~ ~ ~
~ ~ ~ ~ ~
~ ~ ~ ~ ~
- (i) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, e não ocorreu e não existe qualquer Evento de Inadimplemento;
 - (j) a Emissora e a Fiadora não possuem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro procedimento de investigação governamental que (i) tenha um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) vise a anular, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura e as Debêntures;
 - (k) a Emissora não realizará outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
 - (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando a, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.8 acima e, no caso da Fiadora, a Fiança;
 - (m) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Emissora e/ou da Fiadora (conforme aplicável), exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
 - (n) as informações prestadas pela Emissora e pela Fiadora são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures;
 - (o) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento integral, pela Emissora e pela Fiadora, de todas as suas obrigações nos termos desta Escritura ou para a realização da Emissão, exceto (i) pelo arquivamento na JUCESC, da ata da AGE da Emissora e na JUCESP da RCA da Fiadora; (ii) pela inscrição desta Escritura, e seus eventuais aditamentos, na JUCESC e nos competentes CDTs; e (iii) pelo registro das Debêntures na CETIP, nos termos desta Escritura.
 - (p) não omitiram qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora e/ou da Fiadora em prejuízo dos Debenturistas; e
 - (q) inexistência de violação ou indício de violação a qualquer dispositivo legal ou regulatório, nacional ou estrangeiro, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e a *U.S. Foreign Corrupt Practices Act of 1977* e o *UK Bribery Act 2010*, conforme aplicável, pela Emissora, pela Fiadora e/ou suas respectivas controladas.

10.2. A Emissora declara, ainda, (i) não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer plenamente, suas funções conforme descritas nesta Escritura e na Instrução CVM 28; (ii) ter ciência de todas as disposições da Instrução CVM 28 a serem cumpridas pelo Agente Fiduciário; (iii) que cumprirá todas as determinações do Agente Fiduciário vinculadas ao cumprimento das disposições previstas naquela Instrução; e (iv) não existir nenhum impedimento legal contratual ou acordo de acionistas que impeça a presente Emissão.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas por ela e/ou pela Fiadora (conforme o caso), nos termos da Cláusula 10.1 acima.

10.4. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.3 acima, a Emissora obriga-se a notificar o Agente Fiduciário e aos Debenturistas no Dia Útil subsequente, caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

10.5. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por culpa ou dolo do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA XI DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Comunicações

11.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL SPE S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 8º andar, sala 01, Jardim Paulistano
São Paulo, SP

At.: Sra. Sílvia Letícia Tesseroli / Sr. Bruno Cabral

Tel.: (11) 3818-8127 / (11) 3818-8164

Fax: (11) 3818-8166

E-mail: op.financeiras@aegea.com.br

Para a Fiadora:

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 8º andar, sala 01, Jardim Paulistano

São Paulo, SP

At.: Sra. Sílvia Letícia Tesseroli / Sr. Bruno Cabral

Tel.: (11) 3818-8127 / (11) 3818-8164

Fax: (11) 3818-8166

E-mail: op.financeiras@aegea.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 302, 303 e 304, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro, RJ

At: Sra. Nathalia Machado Loureiro / Sr. Marco Aurélio Ferreira / Srta. Marcelle Santoro

Tel. (21) 3385-4565

Fax. (21) 3385-4046

E-mail: operacional@pentagonotruster.com.br

Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Torre Olavo Setúbal

CEP: 04344-902, São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo – SP

At.: Sr. Luiz Petito

Tel. (11) 2797-4431

Fax. (11) 2797-3140

E-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Banco Depositário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares

São Paulo – SP

CEP 04538-132

At.: Sra. Maria Denise P. Melo

Telefone: (11) 3708-2516

E-mail: [ibba – middleestruturadasoperacoes@itaubba.com.br](mailto:ibba-middleestruturadasoperacoes@itaubba.com.br) e maria-denise.melo@itaubba.com

Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 - 4º andar
01452-001, São Paulo, SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

11.2. **Renúncia**

11.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba à Emissora, ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas Partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.3. Despesas

11.3.1. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta Restrita ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora, nos termos desta Escritura.

11.4. Título Executivo Judicial e Execução Específica

11.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

11.5. Aditamentos

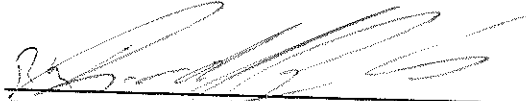
34555

(O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO)

R
P

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, que conta com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos de Colocação, da Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.)

ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL SPE S.A.



Nome:

Cargo:

Ricardo Miranda Barcia Filho
RG 3081071 SSP/SC
CPF 023.390.989-39

Cartório
Registro Civil
39^º
RC

Nome:

Cargo:

Radamés Casseb
RG 483611
CPF 469.079.982-20
Diretor


Cartório
Registro Civil
39^º

10




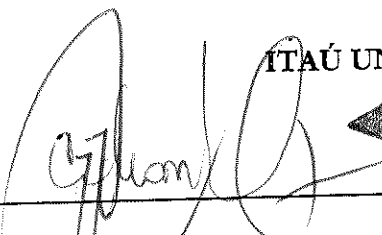
(Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, que conta com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos de Colocação, da Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.)

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Ana Beatriz Mendes Ribeiro 
Nome: Ana Beatriz Mendes Ribeiro
Cargo: Procuradora


epk
X

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, que conta com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos de Colocação, da Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.)



Nome: _____
Cargo: Cleber Cavalcante Diniz
RG: 22.983.785-8
CPF: 153.749.608-57

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Cartório 398
Registro Civil


Nome: _____
Cargo: Levy Thennyson Ramos Holanda
RG: 34.357.068-3
CPF: 365.405.538-97

Cartório 398
Registro Civil

R

P

(Página de assinatura do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, que conta com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos de Colocação, da Águas de São Francisco do Sul SPE S.A.)



Testemunhas:



Nome:

CPF:

Marcelo Roberto Passos Vianna Filho

RG 08636914-80 SSP/BA

CPF 019.448.335-52

Nome:

CPF:

Alexandre Coelho Mattias

RG: 28.405.881-6 SSP/S:

CPF: 375.604.978-#

R
P

**ANEXO I AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA
EMIÇÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, EM
SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM ESFORÇOS RESTRITOS DE
COLOCAÇÃO DA ÁGUAS DE SÃO FRANCISCO DO SUL SPE S.A.**

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Nº REF	Projetos	2015	2016	2017	TOTAL	LICENÇA	EXPECTATIVA
1	Água	8.528.471,30	13.336.430,30	1.965.715,00	23.830.616,60		
1.1	Produção	351.000,00	0,00	0,00	351.000,00		
1.1.1	Ampliação Captação Sai-Mirim 80 l/s	351.000,00	0,00	0,00	351.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.2	Adutora Ervino	0,00	2.851.030,00	1.221.870,00	4.072.900,00		
1.2.2	Materiais e Equipamentos	0,00	1.832.805,00	1.221.870,00	3.054.675,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.2.3	Obras civis e serviços	0,00	1.018.225,00	0,00	1.018.225,00	NECESSITA	ago-16
1.3	ETAs	5.539.761,76	2.291.474,36	0,00	7.831.236,12		
1.3.1	Reforma ETA Centro (70 l/s)	2.917.261,76	491.474,36	0,00	3.408.736,12	NÃO NECESSITA	N/A
1.3.2	Ampliação ETA Centro (50 l/s)	1.293.500,00	0,00	0,00	1.293.500,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.3.3	Tratamento lodo	0,00	1.800.000,00	0,00	1.800.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.3.4	Melhorias ETA VEGA	650.000,00	0,00	0,00	650.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.3.5	Nova ETA Continente	679.000,00	0,00	0,00	679.000,00	NECESSITA	ago-16
1.4	Reservação	420.160,00	420.160,00	0,00	840.320,00		
1.4.1	Reservatório Continente - Obras civis e serviço	126.048,00	0,00	0,00	126.048,00	NECESSITA	ago-16
1.4.2	Reservatório Continente - Aquisição de Materiais e equipamentos	294.112,00	0,00	0,00	294.112,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.4.4	Reservatório Ervino - Obras civis e serviços	0,00	126.048,00	0,00	126.048,00	NECESSITA	ago-16
1.4.5	Reservatório Ervino - Aquisição de Materiais e equipamentos	0,00	294.112,00	0,00	294.112,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.5	Rede de Distribuição	758.951,06	6.079.616,94	267.715,00	7.106.283,01		
1.5.1	Implantação de rede Ervino	0,00	5.093.654,00	0,00	5.093.654,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.5.2	Telemetria/Macromedidores	23.573,95	20.000,00	40.000,00	83.573,95	NÃO NECESSITA	N/A
1.5.3	Crescimento Vegetativo - Rede	198.000,00	295.387,94	198.000,00	691.387,94	NÃO NECESSITA	N/A
1.5.4	Substituição de Rede	89.377,12	148.575,00	29.715,00	267.667,12	NÃO NECESSITA	N/A
1.5.5	Adutora Vila da Glória - Dn 150 mm	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.5.6	Novas Elevatórias de Água tratada Vila da Glória	268.000,00	0,00	0,00	268.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.5.7	Novas Elevatórias de Água tratada Ervino	0,00	248.000,00	0,00	248.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.5.8	Novas Elevatórias de Água tratada Saída ETA VEGA	0,00	274.000,00	0,00	274.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.6	Ligação Domiciliar	668.598,47	1.094.149,00	176.130,00	1.938.877,47		
1.6.1	Novas ligações de água (Ervino)	0,00	786.800,00	0,00	786.800,00	NÃO NECESSITA	N/A
1.6.2	Novas ligações de água (Vila da Glória)	485.628,33	0,00	0,00	485.628,33	NÃO NECESSITA	N/A
1.6.3	Substituições de ligações	97.529,75	245.549,00	114.330,00	457.408,75	NÃO NECESSITA	N/A
1.6.4	Crescimento Vegetativo - Novas ligações	85.440,39	61.800,00	61.800,00	209.040,39	NÃO NECESSITA	N/A
1.7	Projetos de Engenharia	790.000,00	600.000,00	300.000,00	1.690.000,00		
1.7.1	Projetos (ETA, rede, reservatório etc)	790.000,00	600.000,00	300.000,00	1.690.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
2	Esgoto	94.329,46	10.399.935,92	5.120.753,00	15.615.018,38		

SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.1	ETEs	0,00	5.281.650,00	163.350,00	5.445.000,00		
2.1.1	Materiais e Equipamentos	0,00	3.484.800,00	0,00	3.484.800,00	NÃO NECESSITA	N/A
2.1.2	Obras civis e serviços	0,00	1.796.850,00	163.350,00	1.960.200,00	NECESSITA	ago-16
2.2	Estações Elevatórias e Linhas de Recalque	0,00	1.207.140,00	804.760,00	2.011.900,00		
2.2.1	Materiais e Equipamentos	0,00	804.760,00	804.760,00	1.609.520,00	NÃO NECESSITA	N/A
2.2.2	Obras civis e serviços	0,00	402.380,00	0,00	402.380,00	NECESSITA	ago-16
2.3	Rede Coletora	0,00	2.022.930,00	2.022.930,00	4.045.860,00		
2.3.1	Materiais e Equipamentos	0,00	1.213.758,00	2.022.930,00	3.236.688,00	NÃO NECESSITA	N/A
2.3.2	Obras civis e serviços	0,00	809.172,00	0,00	809.172,00	NECESSITA	ago-16
2.4	Ligação Domiciliar	0,00	544.925,00	804.075,00	1.349.000,00		
2.4.1	Novas ligações de esgoto	0,00	544.925,00	804.075,00	1.349.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
2.5	Projetos de Engenharia	81.126,29	1.333.290,92	1.245.638,00	2.660.055,21		
2.5.1	Projeto do SES Ubatuba	61.677,79	819.790,92	300.000,00	1.181.468,71	NÃO NECESSITA	N/A
2.5.2	Projeto do SES Centro	0,00	0,00	625.638,00	625.638,00	NÃO NECESSITA	N/A
2.5.3	Projeto ETE Ubatuba 90 l/s	19.448,50	513.500,00	0,00	532.948,50	NÃO NECESSITA	N/A
2.5.4	Projeto ETE Centro 50 l/s	0,00	0,00	320.000,00	320.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
2.8	Outros	13.203,17	10.000,00	80.000,00	103.203,17		
2.8.1	Programa de Educação Ambiental	13.203,17	10.000,00	80.000,00	103.203,17	NÃO NECESSITA	N/A
3	Desenvolvimento Institucional	846.410,08	753.000,00	503.000,00	2.102.410,08		
3.1	Hidrometração	613.689,56	363.000,00	363.000,00	1.339.689,56		
3.1.1	Atualização do Parque de Hidrômetros	613.689,56	363.000,00	363.000,00	1.339.689,56	NÃO NECESSITA	N/A
3.2	Revitalização e segurança de Unidades Operacionais	202.720,52	240.000,00	140.000,00	582.720,52		
3.5.1	Melhorias Reservatórios Existentes (Pintura, pequenos consertos)	0,00	140.000,00	140.000,00	280.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
3.5.2	Pintura ETA e sede	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
3.5.3	Reforma Almoarifado	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
3.5.4	Melhorias Captação existente (Cercamento etc)	40.194,44	0,00	0,00	40.194,44	NÃO NECESSITA	N/A
3.5.5	Melhorias no Centro de Controle Operacional	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
3.5.6	Melhorias Elevatórias de água tratada (Pintura, cercamento..)	32.526,08	0,00	0,00	32.526,08	NÃO NECESSITA	N/A
3.3	Implantação Lojas	30.000,00	150.000,00	0,00	180.000,00		
3.6.1	SEDE	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
3.6.2	Reforma ETA	0,00	150.000,00	0,00	150.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
3.6.3	Loja Comercial	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	NÃO NECESSITA	N/A
TOTAL		9.469.210,83	24.489.366,22	7.589.468,00	41.548.045,05		
NÃO NECESSITA		8.664.162,83	20.336.691,22	7.426.118,00	36.426.972,05		
NECESSITA		805.048,00	4.152.675,00	163.350,00	5.121.073,00		

Obs: Valores em reais.

R P



<p>Engenav - IM Avaliação e Perícia de Imóveis Ltda. Rua Tuiuti, 2403 - Sala 13 - 2º Andar - São Paulo - SP CEP: 03307-000 Telefone: (0XX11) 2293-5273 Celular (0XX11) 9987-8199 E-mail: oliveira.jorgeluz@terra.com.br Contato: Jorge Luiz ou Roseli Bicudo CNPJ: 03.175.683/0001-06</p>	<p>Engscan Engenharia e Comércio Rua Miguel Mentem, 204 -1º Andar - Vila Guilherme - São Paulo - SP CEP: 02050-010 Telefone: (0XX11) 3571-5387 Celular: (0XX11)9933-6768 E-mail: jsccandura@engscan.com.br e engscan@engescan.com.br Contato: João Carlos Scandura CNPJ: 005.691.144/0001-55</p>
<p>Galache Engenharia Ltda. Avenida Padre Anchieta, 642 - Bairro Jardim - Santo André - SP - CEP: 02050-010 Telefone: (0XX11) 4990-1515 Celular: (0XX11)8188-0751 E-mail: tales@galache.com.br ; marcelo@galache.com.br Contato: Tales / Marcelo CNPJ: 02.358.652/0001-28</p>	<p>GHR Engenheiros Associados Ltda. PRAÇA DA SÉ, 21 - Conj. 808 - Centro - São Paulo-SP - 01001-001 CEP: 01001-001 Telefone/fax (0XX11) 3101-4526 Celular: (0XX11) 9848-5650 e (0XX11) 9512-9524 Contato: Luiz Henrique Maria Geny E-mail: ghrengenheiros@terra.com.br CNPJ: 00.810.715/0001-00</p>
<p>Global City Engenharia Ltda. Avenida Antônio Diederichsen nº 400 – Mezanino Salas 16,17 e 18 – Edifício Metropolitan – Jardim América – Ribeirão Preto CEP: 14020-250 Telefone/fax: (0XX16) 3602-7888 Contato: Kledson / Bruno E-mail: avaliaco@globalcity.com.br ; kledson@globalcity.com.br CNPJ: 10.679.890/0001-63</p>	<p>Engecate Engenharia Ltda. Rua Chile, 1711 - Sala 500- Jardim Santa Ângela - Ribeirão Preto - SP CEP: 14020-610 Telefone/fax: (0XX16)3441-1899 Celular: (0XX16) 9978-4461 E-mail: gustavo@engecate.com.br Contato: Gustavo CNPJ: 10.679.890/0001-63</p>
<p>Hilco Appraissal Brasil S4 Rua Joaquim Floriano, 733 - Conj. 2-A - 2º Andar - Itaim Bibi CEP: 04534-012 Telefone/fax: (0XX11) 2666-3980 E-mail: marcos.contato@hilcoapraiasal.com.br e alopez@hilcoapraiasal.com.br Contato: Antonio</p>	<p>Holler Avaliações e Pericias S/S Ltda. Rua Votupoca, 157 - Vila Ipojuca - São Paulo-SP CEP: 05055-000 Telefone/fax: (0XX11) 3647-9950 Contato: Denise E-mail: Denise.holler@terra.com.br CNPJ: 30.320.092/0001-80</p>

R^o


CNPJ: 13.311.565/0001-31	
Mercatto Assessoria e Avaliações Ltda. Rua Araguari, nº 817, Conj. 76- Moema - São Paulo - SP CEP: 04514-041 Telefone/fax: (0XX11) 5090-6020 e 5090-6023 Celular: (0XX11) 99678-5060 E-mail: Carla@mercattoltda.com.br Contato: Carla Petroni / Marcos Augusto Silva e Rosana Murakami CNPJ: 65.030.348/0001-77	NR Guimarães Arquitetura S/C Ltda. Rua Piracuama, 262 - 63 - Perdizes - São Paulo - SP CEP: 04363-050 Telefone/fax: (0XX11) 3676-1212 e (0XX11) 3105-6905 Celular: (0XX11) (11) 8353-7330 E-mail: nrguimaraesarqltda@hotmail.com ; nrguimaraesarqltda@gmail.com Contato: Rosely CNPJ: 03.365.831/0001-55
Pan Serviços de Administração Rua Augusto Tolle, 901 - Santana - São Paulo - SP CEP: 02405-001 Telefone: (0XX11) 2679-5589 E-mail: leandro.braconaro@panadm.com.br Contato: Leandro CNPJ: 09.541.408/0001-45	RN Consultoria e Engenharia de Avaliações Ltda. Rua Carlos Comenale, 263 - 4º andar - Bela Vista/ SP CEP: 01332-030 Telefone/fax: (0XX11) 3541-3887 Celular: (0XX11) 9941-5524 e (0XX11) 8381-4671 E-mail: rnconsult@rnconsult.com.br e rocooke@terra.com.br Contato: Ana Maria Rosangela CNPJ: 01.787.361/0001-92
WRB Tecnologia Ltda. Rua Praia do Castelo, 85/92 - Vila Mascote - São Paulo - SP CEP: 04362-020 Telefone: (0XX11) 5011-8044 e 5565-1026 Fax: (0XX11) 5011-7715 Celular: (0XX11) 9966-1784 E-mail: wrbtecon@ig.com.br; wrbtecon@terra.com.br Contato: Roséle Bengnardi CNPJ: 03.344.760/0001-04	

R



RELATÓRIO AMBIENTAL

[illegible]

- 1) A primeira averiguação deverá abranger o período correspondente aos 12 meses anteriores à celebração da escritura
- 2) As averiguações seguintes deverão abranger o período de 6 meses após a data final do período anterior de averiguação
- 3) Para os investimentos que necessitem de licença ambiental, citar na coluna "Licença correspondente" qual é esta licença e anexar uma cópia da mesma ao relatório
- 4) Para investimento que não necessitam de licença ambiental, citar na coluna "Legislação ou dispensa" se há uma dispensa ou quais leis (estadual, federal e municipal) dispensam o licenciamento ambiental e anexar cópia das mesmas ao relatório.



SECRETARIA DE ECONOMIA E COMERCIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 26/11/2015 SOB Nº: ED002135000
Protocolo: 15/209278-1, DE 29/10/2015

Empresa: 42 3 0004267 6
AGUAS DE SAO FRANCISCO DO
SUL SPE S.A

ANDRE LUIZ DE REZENDE
SECRETÁRIO GERAL

2